Ata de Reunião (Nº 340)

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, por meio de videoconferência, realizou-se **Reunião Extraordinária** do Conselho Municipal de Previdência (C.M.P.), com a presença dos *membros titulares*: Adriana Rambaiolo Tonin (CP RPPS CODEL I), Adriano Antônio Pazianoto (ANBIMA CPA-10, CP RPPS CGINV II, CP RPPS DIRIG III e CP RPPS CODEL II), Giuliano Cleber Coltro (CP RPPS CODEL I), Rosimere Cleide Souza Desidério (CP RPPS CODEL II), Teresa Cristina Sicoli Vilela (CP RPPS CODEL II) e Wilclem de Lazari Araújo (ANBIMA CPA-10, CP RPPS CGINV I). Participaram, também, os *conselheiros suplentes* Carlos Henrique de Oliveira, Mário José Piccarelli de Castro (CP RPPS CGINV I e ANBIMA CPA-20) e Silvana Aparecida da Rocha Delfino (CP RPPS CODEL I). Ainda, participou da reunião Patrícia Nato Toninato Bartolomei, coordenadora do Comitê de Investimentos. A reunião contou com a seguinte pauta: **I – Atos Preparatórios: 1.1) Verificação de quórum legal. II – Ordem da Pauta do dia: 2.1) Aprovação da Ata da Reunião Anterior; 2.2) Apresentação da Política de Investimentos, da Política de Riscos e do Teste de Stress e Backtest.** A reunião teve início com a verificação do quórum, que estava de acordo com o §8º do art. 104 da Lei Complementar nº 139/2001, com redação dada pela Lei Complementar nº 364/2012. O presidente, Wilclem de Lazari Araújo, cumprimenta e agradece a presença de todos, em especial a presença de Marcos Almeida, consultor de investimentos da LDB Consultoria Financeira, empresa que presta serviço de consultoria ao Comitê de Investimentos. Iniciando a ordem do dia, Wilclem de Lazari Araújo diz que ata da reunião anterior foi encaminhada aos membros e pergunta se todos leram, pois não foram recebidas sugestões de alteração. Adriana Rambaiolo Tonin diz que leu a ata antes da reunião, mas, a seu ver, parece que faltam trechos de sua fala e, por isso, diz que gostaria de mais tempo para ler com calma antes da aprovação. Carlos Henrique de Oliveira diz que a ata tem imprecisões em suas falas, sobre a questão do indicador de situação previdenciária e sua exposição sobre as sugestões para o plano de trabalho atuarial foi resumida em uma linha. Carlos Henrique de Oliveira afirma que também terminou a leitura antes da reunião e enviou e-mail com apontamentos, há pouco tempo, por isso não deve estar constando na ata a ser votada. Carlos Henrique de Oliveira pede para que seja mantida a tradição e seja refletido na ata aquilo que foi objeto do debate com as falas na íntegra, sempre que possível. O presidente, Wilclem de Lazari Araújo, diz que não há problema em postergar a aprovação da ata, para que haja tempo para as possíveis correções. Próximo item de pauta, o presidente passa a palavra para o consultor Marcos Almeida que inicia sua apresentação cumprimentando a todos. Carlos Henrique de Oliveira pede licença para dizer terá uma reunião mais tarde que não poderá faltar, por isso solicita ao consultor que, se possível, seja sucinto em sua apresentação, para que possa haver tempo para saneamento das dúvidas, haja vista que todos os membros receberam os documentos com antecedência e puderam analisa-los. Marcos Almeida diz que, dado que não houve mudança da Resolução, que as regras permanecem as mesmas e os membros já puderam analisar o material, acredita que a discussão será mais simples. Adentrando a apresentação, Marcos Almeida diz que a Política de Investimento e a Política de Riscos simbolizam o conjunto de regras e diretrizes que o

Assinado por 7 pessoas: GIULIANO CLEBER COLTRO, TERESA CRISTINA SICOLI VILELA, MARIO JOSE PICCARELLI DE CASTRO, WILCLEM DE LAZARI ARAUJO, CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA , SILVANA APARECIDA DA ROCHA DELFINO e ROSIMERE CLEIDE SOUZA DESIDERIO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/726A-982E-A3B0-6776 e informe o código 726A-982E-A3B0-6776

Comitê de investimento elaborou para aprovação desse Conselho, que buscam tirar a subjetividade do processo decisório de alocação e definir os limites entre os quais o Comitê poderá trabalhar, buscando se posicionar da melhor forma diante das condições do mercado. Marcos Almeida diz que, basicamente, irá abordar os temas principais da Política: a definição da meta, a definição da alocação, objetivo do controle de riscos. Quanto a meta de retorno esperado, Marcos Almeida diz que para defini-la é necessário olhar para o passivo da RioPretoPrev, uma vez que deve haver um casamento entre ativo e passivo na busca do equilíbrio financeiro e atuarial. Portanto, de acordo com a Portaria nº 1.467/2022, considerando a duração do passivo do Plano Previdenciário, a taxa de juros referencial indicada é de 4,94%, sendo que o índice de inflação escolhido é o IPCA, pelo fato de ser o índice de medida da inflação oficial no Brasil e que tem a melhor metodologia de cálculo. Mas, como a RioPretoPrev atingiu ou superou a meta atuarial em dois dos últimos cinco exercícios, a taxa de juros real pode ser aumentada em 0,30%, o que resulta em uma meta atuarial de IPCA+5,24%. Marcos Almeida diz que o mercado está bastante volátil, que a taxa de juros está sendo elevada, que de 2023 para 2024 a estrutura a termo da taxa de juros subiu e, por isso, os chamados ativos livres de risco estão pagando taxas maiores, sendo possível dizer que a meta atuarial pretendida é factível. Marcos Almeida mostra o posicionamento atual da carteira, data base 31/10/2024, onde 69,33% estão alocados em renda fixa, 11,17% em renda variável, 9,80% em investimentos no exterior e 9,70% em investimentos estruturados, sendo que a RioPretoPrev não possui alocação em fundos imobiliários nem empréstimos consignados. Em seguida o consultor aborda de forma sucinta o cenário e ressalta que o mercado é muito dinâmico, que em 2024 houve uma frustação em relação à condução da política monetária e fiscal pelo Governo brasileiro, sendo que as taxas de juros foram empurradas para cima, diferente da expectativa inicial. No cenário internacional, também houve grande volatilidade, por conta de conflitos geopolíticos, da eleição americana, mas, hoje o cenário internacional é, no geral, de queda das taxas de juros. Marcos Almeida afirma que, olhando para frente, o mercado precifica a manutenção da taxa SELIC em patamares elevados no Brasil, haja vista que já foi anunciado novos aumentos para 2025, o que favorece os títulos públicos, mas, inibe o crescimento da economia e prejudica os resultados da renda variável. Diz ainda que os investimentos no exterior continuam atrativos, não só pela rentabilidade como também pela descorrelação e diversificação de risco. Marcos Almeida analisa o Boletim Focus, que também dá base para elaboração da Política de Investimentos, e diz que o mercado espera que a taxa SELIC permaneça alta, em dois dígitos até 2026, arrefecendo apenas em 2027, com expectativa de uma taxa, encerramento aquele exercício, de 9,25%, taxa essa que ainda não é baixa. Então, com base na carteira atual, no cenário atual e na previsão de cenário futuro, Marcos Almeida passa a apresentar a alocação objetivo proposta pelo Comitê de Investimentos, cujo alvo é de 50% no Art. 7°, inciso I, alínea "a" (Títulos Públicos), 5,95% no Art. 7°, inciso I, alínea "b" (Fundos 100% Títulos Públicos), 11,90% no Art. 7°, inciso III, alínea "a" (Fundos Renda Fixa), 1,15% no Art. 7°, inciso IV (Ativos de Renda Fixa - Inst. Financeira), 10,00% no Art. 8°, inciso I (Fundos de Ações), 4,00% no Art. 9°, inciso II (Fundos de Investimento no Exterior), 6,00% no Art. 9°, inciso III (Fundos de Ações - BDR Nível

Assinado por 7 pessoas: GIULIANO CLEBER COLTRO, TERESA CRISTINA SICOLI VILELA, MARIO JOSE PICCARELLI DE CASTRO, WILCLEM DE LAZARI ARAUJO, CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA , SILVANA APARECIDA DA ROCHA DELFINO e ROSIMERE CLEIDE SOUZA DESIDERIO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/726A-982E-A3B0-6776 e informe o código 726A-982E-A3B0-6776

I), 7,00% no Art. 10°, inciso I(Fundos Multimercados), e 4,00% no Art. 10°, inciso II (Fundo de Participação). Marcos Almeida explica quer tais artigos se referem a Resolução CMN n° 4.963 de 25/11/2021, que além das alocações objetivos é exigido que se indiquem os percentuais mínimos e máximos previstos para cada artigo, conforme consta na tabela apresentada e que faz parte da Política de Investimentos, sendo que esses limites são amplos justamente para dar margem para que o Comitê possa fazer as adequações necessárias durante o decorrer do próximo exercício, haja vista a volatilidade do mercado e as possíveis mudanças de cenário, pois os percentuais alvos tratam da alocação estratégica, em tese de longo prazo, e as realocações pontuais são chamadas de alocações táticas, para fazer frente a situações mais pontuais de curto prazo, valendo-se os limites mínimos e máximos determinados pela Política de Investimentos. Quanto a gestão de riscos, o Comitê propõe a utilização do VaR como ferramenta de controle do risco de mercado, o chamado valor em risco, que é amplamente utilizado pelo mercado. O intervalo de confiança para o cálculo do VaR será de 95%, com horizonte de tempo de 21 dias úteis. Marcos Almeida destaca que o Comitê de Investimentos tem reduzido, gradualmente, os limites do VaR para cada segmento, sendo que para 2025 propõe os seguintes limites: 4% para a renda fixa, 12% para a renda variável, 12% para investimentos no exterior, 12% para investimentos estruturados e 12% para fundos imobiliários. E além do VaR, que nos relatórios mensais também é apresentado por fundo, serão utilizados outros indicadores de risco, como a volatilidade anualizada do ativo no período (%), o CvaR (Component VaR) (%), o BVaR (Benchmark VaR) (%) e o índice Sharpe, com exceção das operações estruturadas na forma de FIP, FIDC e FII. A plataforma disponibilizada pela Consultoria de Investimentos apresentará também o gráfico de dispersão e tabela de correlação. Tais parâmetros poderão ser utilizados em situações que o indicador VaR eventualmente se mostrar insuficiente para análise do risco da carteira. Quanto ao risco de crédito, Marcos Almeida explica que, tendo em vista as várias agências elegíveis para dar nota de rating, houve uma mudança em relação a Política de Investimentos anterior, pois ao invés de listar as agências e as notas classificadas como grau de investimentos, a proposta é de estipular faixas para as notas, independente das agências, tanto para FIDC, instituições financeiras e não financeiras, sendo consideradas três faixas elegíveis: Faixa 1, Nota AAA, Faixa 2, Nota AA e Faixa 3, Nota A. Quanto ao risco de liquidez, será feito através da definição de limites percentuais resgatáveis no curto prazo, até 30 dias, médio prazo, até 365 dias, e longo prazo, acima de 365 dias, sendo que o único limite colocado pelo Comitê, é de um mínimo de 30% da carteira resgatável em até 30 dias, sendo que esse percentual em 31/10/2024 era de 39,05%. Marcos Almeida explica que o Comitê tem diminuído com prudência esse percentual, pois para aproveitar as boas taxas e ainda diminuir a volatilidade da carteira, tem efetuado a compra direta de títulos públicos com marcação na curva, seguindo a sugestão do estudo de ALM e em consonância com o estudo atuarial. Em seguida Marcos Almeida fala resumidamente sobre os demais, riscos, risco operacional, de terceirização, legal, sistêmico, de imagem, de desenquadramento passivo e seu contingenciamento. Finda a apresentação da Política de Investimentos, o presidente Wilclem de Lazari Araújo pergunta aos membros se alguém tem alguma dúvida e o conselheiro suplente Carlos Henrique de Oliveira diz que gostaria

Assinado por 7 pessoas: GIULIANO CLEBER COLTRO, TERESA CRISTINA SICOLI VILELA, MARIO JOSE PICCARELLI DE CASTRO, WILCLEM DE LAZARI ARAUJO, CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA , SILVANA APARECIDA DA ROCHA DELFINO e ROSIMERE CLEIDE SOUZA DESIDERIO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/726A-982E-A3B0-6776 e informe o código 726A-982E-A3B0-6776

de tratar uma questão com o consultor Marcos Almeida, pois em uma reunião ocorrida em 24/11/2023 ele afirmou, conforme consta em ata, que o sistema utiliza o VaR não paramétrico, fator de confiança de 95%, o qual na normal ele trabalha com dois desvios padrão, e o fator de decaimento utilizado é o EWMA e o lambda pode ser ajustado. Carlos Henrique de Oliveira diz que não entendeu o VaR não paramétrico com dois desvios padrão e pede para que o consultor explique. Marcos Almeida diz que, hoje, a metodologia utilizada está descrita no sistema e na Política de Investimentos apresentada também. Diz ainda que pode ter havido um equívoco de sua parte em relação ao VaR não paramétrico, pois é o paramétrico que utiliza a distribuição normal para definição, mas o que está em discussão é a Política de Investimentos para 2025, e pergunta qual é a dúvida do conselheiro, se é sobre a explicação da definição do VaR ou o documento está errado. Carlos Henrique de Oliveira diz que, de fato, conceitualmente haviam dois equívocos, sobre o VaR não paramétrico e o fator de decaimento não é definido pelo EWMA, mas o contrário. Marcos Almeida reitera que a parametrização do cálculo está no já sistema e na Política de Investimento, e caso o conselheiro tenha algum questionamento em relação a modelagem pode encaminhar para que seja discutido e se chegue em um consenso. Carlos Henrique de Oliveira pergunta qual a modelagem utilizada para definição do VaR utilizando as premissas de distribuição dos retornos não paramétricos. Marcos Almeida, então, recorre ao documento apresentado e cita o seguinte trecho: "*Para o cálculo do Value-at-Risk (VaR), será adotado o modelo paramétrico, que considera que os retornos dos ativos seguem uma distribuição normal. O intervalo de confiança para o cálculo do VaR será de 95%, com horizonte de tempo de 21 dias úteis. Nesta metodologia, o VaR estima que, com 95% de confiança, as perdas não excederão o valor calculado ao longo do período especificado. O Estimador de Volatilidade utilizado será EWMA (Exponentially Weighted Moving Average). Neste método, a volatilidade é calculada aplicando um fator de decaimento lambda 95% (…) Um lambda mais próximo de 1 atribui maior peso aos dados recentes, enquanto um lambda menor distribui os pesos de forma mais uniforme ao longo dos dados históricos*". Marcos Almeida diz que quer dizer que está se usando o passado mais recente com maior peso do que o passado mais distante. Carlos Henrique de Oliveira diz que gostaria de saber como era a modelagem para o modelo não paramétrico, pois segundo o conselheiro é que se disse estar usando, inclusive na Política de Investimentos atual, pois o documento e as definições apresentadas são para a Política de Investimentos de 2025. Marcos Almeida explica que o modelo utilizado já era o paramétrico e pede desculpas, pois pode ter havido um erro, mas a modelagem não foi alterada. Carlos Henrique de Oliveira diz que, segundo o que leu sobre o tema, em sendo o modelo paramétrico, para que ele seja utilizado seria necessário um teste de aderência, pois, assim como outros indicadores, o VaR paramétrico está no campo das inferências estatísticas, mas para se concluir pela sua utilização deve haver dados que corroborem para a decisão. Então, o conselheiro diz que gostaria de saber qual teste de aderência foi feito e quando foi feito, para se concluir que o VaR paramétrico é o mais adequado. Marcos Almeida diz que não consegue responder de imediato, mas, pede para que o conselheiro encaminhe o pedido para a Autarquia e a consultoria responderá a todos os questionamentos. Carlos Henrique de Oliveira, então, diz que fará a solicitação, não só de qual teste de aderência foi feito e quando foi feito, mas também pedirá que lhe seja encaminhada a memória

Assinado por 7 pessoas: GIULIANO CLEBER COLTRO, TERESA CRISTINA SICOLI VILELA, MARIO JOSE PICCARELLI DE CASTRO, WILCLEM DE LAZARI ARAUJO, CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA , SILVANA APARECIDA DA ROCHA DELFINO e ROSIMERE CLEIDE SOUZA DESIDERIO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/726A-982E-A3B0-6776 e informe o código 726A-982E-A3B0-6776

descritiva desse teste, os dados empregados, e pede para que assim que possível, lhe encaminhem as respostas. Carlos Henrique de Oliveira continua sua fala dizendo que na página 30 da Política de Investimentos proposta está escrito que o acompanhamento do risco de mercado será feito, preferencialmente, através do cálculo do VaR por cota, o conselheiro disse que já havia falado sobre isso ano passado, pois pesquisou sobre termo VaR por cota nos buscadores e nada aparece, diz que olhou no Google Acadêmico, em vários trabalhos, e não achou menção ao VaR por cota, por isso solicita a bibliografia dessa métrica. Marcos Almeida diz que responderá por escrito quando solicitado, mas, explica que como a RioPretoPrev compra cotas de fundos de investimentos, esses fundos já possuem um VaR, ou seja, é analisada a cota do fundo de investimento, o retorno histórico dessa cota, o desvio padrão desses retornos em relação à média e é feita a distribuição normal da cota do fundo. Carlos Henrique de Oliveira diz que entendeu, mas, gostaria da referência bibliográfica para entender mais e até se aprofundar mais no tema. Ainda, o conselheiro diz que na Política, logo abaixo do trecho citado anteriormente, está escrito, sobre o VaR, o seguinte: "*Para o consolidado dos segmentos, o controle de risco de mercado será feito por meio do cálculo do VaR por cota, com o objetivo do Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto controlar a volatilidade da cota do plano de benefícios*". Carlos Henrique de Oliveira diz que, para ele, plano de benefícios é aposentadoria e pensão, diz que também tentou buscar informações sobre, mas, não conseguiu achar algo que tenha a ver com a realidade da RioPretoPrev, e pede explicação. Marcos Almeida explica que, nesse caso, o termo plano de benefícios foi usado para referenciar o consolidado dos investimentos do RPPS, sendo que o termo poderia ser trocado por carteira consolidada. Carlos Henrique de Oliveira diz que também solicitará a referência dessa volatilidade da cota do plano de benefícios. A coordenadora do Comitê de Investimento, Patrícia Nato Toninato Bartolomei, diz que basta trocar o termo, para facilitar o entendimento, podendo ser substituído plano de benefícios por carteira consolidada. Carlos Henrique de Oliveira concorda e diz que no item 17.1.2, outros indicadores de risco de mercado, diz que durante a execução dessa Política de Investimentos serão efetuados os chamados *Stress Test* e *Backtesting* para simulação de possíveis cenários que possam interferir na rentabilidade da carteira, mas, diz que está com dificuldade de entender, mas não tem nada a ver com o consultor agora, mas, sim, com a gestão e o Comitê de Investimento. Pois, segundo o conselheiro, há um ano atrás, ele e as conselheiras Adriana Rambaiolo Tonin e Rosycarmen Pontes Gestal Alvares trouxeram essa proposta e houve um dos debates mais interessantes do colegiado e aprendeu muito com as falas dos membros do Comitê. Carlos Henrique de Oliveira cita a fala do membro do Comitê, Mário José Piccarelli de Castro, como exemplo das falas dos demais membros, pois segundo a ata nº 322 ele disse que o primeiro passo era entender o que se quer, desenvolver a ferramenta e, depois, colocá-la em prática. E Carlos Henrique de Oliveira questiona se foi feito qualquer estudo, pois os conselheiros não receberam nada sobre o tema desde daquela reunião há um ano, diz que houve um combinado, inclusive registrado na mesma ata, dizendo que seriam feitos estudos, inclusive o conselheiro afirma que solicitou esse estudo via lei de acesso a informação, mas, até agora não recebeu nada. Carlos Henrique de Oliveira diz que está confuso, pois quando proposto foi dito que o tema precisava de

Assinado por 7 pessoas: GIULIANO CLEBER COLTRO, TERESA CRISTINA SICOLI VILELA, MARIO JOSE PICCARELLI DE CASTRO, WILCLEM DE LAZARI ARAUJO, CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA , SILVANA APARECIDA DA ROCHA DELFINO e ROSIMERE CLEIDE SOUZA DESIDERIO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/726A-982E-A3B0-6776 e informe o código 726A-982E-A3B0-6776

estudo, o que está correto, mas, agora parece que os testes já foram efetivados sem qualquer estudo, e o conselheiro diz que é no mínimo estranho e gostaria que a gestão e o Comitê explicassem. Adriano Antônio Pazianoto, que também é Diretor Executivo da Autarquia, diz que o consultor fará a apresentação das ferramentas, *backtesting* e *stress test*, juntamente com a apresentação da Política de Riscos, assim como consta na pauta da presente reunião. Carlos Henrique de Oliveira diz que está na pauta, mas não recebeu nada. Adriano Antônio Pazianoto reafirma que será apresentado. Então Marcos Almeida diz que os testes serão apresentados e, caso haja sugestões para aplicação dos testes, podem ser verificadas as possibilidades de implementação, pois os testes são para aprimorar os controles que já têm sido praticados, mas, segundo o consultor, o monitoramento já tem sido feito adequadamente. Marcos Almeida diz que faz a mea-culpa, pois o Comitê já vinha pedindo a elaboração dos testes, mas só recentemente eles foram disponibilizados na plataforma. Carlos Henrique de Oliveira diz que o consultor cumpre um papel aqui, mas, diz que não sabe se chora ou se dá risada, pois o conselheiro diz crer que esse estudo possa ser materializado, em papel ou arquivo, e pergunta o porquê ele não foi encaminhado ao colegiado. Carlos Henrique de Oliveira afirma que nenhum membro tem domínio de estatística e não seria possível analisar e questionar a modelagem, por exemplo, com base numa apresentação verbal. O conselheiro diz que houve um ano para desenvolvimento dos testes e acredita não ser correto e nem ético chegar agora, fazer uma apresentação, sem possibilidade de análise prévia. Carlos Henrique de Oliveira sugere que seja feita a apresentação, que posteriormente o material seja encaminhado para análise e, por fim, o consultor volte numa próxima reunião para tirar dúvidas, diz que isso seria o mais razoável, senão o conselheiro diz que se permitirá pensar outras coisas. Carlos Henrique de Oliveira diz que, por hora, pensará que o ano foi atribulado, corrido, e não foi possível encaminhar o estudo com antecedência, e pergunta se pode ficar combinado conforme sua sugestão. Marcos Almeida diz que, de sua parte, não tem problema algum, mas, diz que esses testes que serão apresentados são complementares, pois os limites de risco a serem utilizados estão definidos na Política de Investimentos, que os conselheiros receberam com antecedência e puderam analisar, e a aprovação da Política não depende dos testes que serão apresentados. Então, a gestão dos investimentos não foi e não será impactada pela não observância desses testes, pois, na prática, a Política de Investimentos está sendo executada 100%. Marcos Almeida diz que o conselheiro não está sendo ludibriado nem enganado, diz que todo cuidado está sendo tomado, pois o consultor afirma que é a reputação de sua empresa que está em jogo, e o que está estabelecido no contrato está sendo cumprido. E mais uma vez reafirma que o Comitê estava cobrando bastante o desenvolvimento das ferramentas e disponibilização no sistema para que elas pudessem ser apreciadas. Marcos Almeida explica, também, que o teste de estresse não foi definido com um cenário específico, a ferramenta foi desenvolvida para que se possa, por exemplo, verificar qual impacto teria a pandemia na atual carteira, ou a greve dos caminhoneiros, cabendo ao usuário definir o período que ele quer replicar na carteira. Marcos Almeida afirma que por isso não foi encaminhado relatório, pois a ferramenta foi parametrizada para que se insira uma data ou período de estresse e o sistema reproduza aquele estresse na carteira atual, viabilizando a discussão se

Assinado por 7 pessoas: GIULIANO CLEBER COLTRO, TERESA CRISTINA SICOLI VILELA, MARIO JOSE PICCARELLI DE CASTRO, WILCLEM DE LAZARI ARAUJO, CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA , SILVANA APARECIDA DA ROCHA DELFINO e ROSIMERE CLEIDE SOUZA DESIDERIO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/726A-982E-A3B0-6776 e informe o código 726A-982E-A3B0-6776

as mudanças feitas na carteira após determinado evento foram benéficas ou não. Quanto ao *backtesting*, Marcos Almeida explica que ele tem o objetivo de verificar se os limites de risco estabelecidos foram cumpridos, ou seja, é como olhar para o retrovisor, sendo que os marcadores de risco já são analisados mensalmente nos relatórios dos investimentos apreciados pelo Conselho. O presidente do colegiado, Wilclem de Lazari Araújo, diz que, como são duas peças, a Política de Investimentos e a Política de Riscos, e apenas a Política de Investimentos foi apresentada o presidente pergunta aos membros se alguém mais tem alguma dúvida ou questionamento sobre a Política de Investimentos, senão o consultor fará a apresentação do outro documento, tanto porque essa reunião é uma primeira discussão sobre o tema, sendo que haverá outra reunião para votação. Não havendo manifestação, Wilclem de Lazari Araújo passa a palavra para Marcos Almeida, que inicia a apresentação, através da plataforma da LDB, onde na aba chamada "Análise de Risco" foram inclusas as novas ferramentas, o *backtesting* e o teste de stress. O consultor, então, acessa a análise de stress e explica que clicando sobre a interrogação que aparece na tela é possível ler a descrição do processo de Stress Test, a saber: *"A funcionalidade de "Stress Test" permite que o usuário selecione um intervalo de datas caracterizado por condições de mercado adversas ou períodos de elevada volatilidade. Ao aplicar os retornos efetivos desse período ao portfólio atual, o sistema simula como o conjunto de ativos se comportaria sob tais circunstâncias extremas. Dessa forma, é possível avaliar a resiliência da carteira, identificar pontos fracos e tomar decisões de gerenciamento de risco mais embasadas, mesmo em cenários de grande instabilidade ou stress econômico".* Em seguida, Marcos Almeida simula um teste de estresse inserindo na data inicial do cenário 03/02/2020 e a data final 28/02/2020, ou seja, o mês de fevereiro de 2020, início da pandemia, em seguida clica em atualizar e mostra qual rentabilidade cada ativo componente da carteira atual teria se hoje o cenário fosse o mesmo de fevereiro de 2020. Marcos Almeida diz que isso pode ser feito para qualquer período, por isso não foi impresso o relatório e encaminhado para os membros, pois não havia sido definido um período ou cenário para ser testado. Em seguida, o consultor acessa o backtesting, que também conta com uma descrição na plataforma, a saber: *"O processo de backtesting do Valor em Risco (VaR) implementado pelo sistema é realizado mensalmente, com o objetivo de avaliar a precisão das estimativas fornecidas ao final de cada período para cada um dos segmentos, conforme a Resolução CMN vigente. Esse procedimento possibilita verificar se as perdas efetivamente observadas estão alinhadas com as previsões do VaR contidas nas Políticas de Investimentos, oferecendo subsídios para ajustar e aprimorar a gestão de risco. Os dados são disponibilizados por ativos e segmentos, mas cabe ressaltar que o monitoramento é sempre feito por segmento".* Marcos Almeida explica que, conforme a Política de Investimentos, o controle do risco de mercado é feito pelo VaR, e o *backtesting* busca verificar se o VaR calculado para o ativo em um determinado mês se concretizou no mês seguinte, mas destaca que a Política de Investimentos limita o VaR por segmento e não por ativo. Então ele demonstra o *backtesting* da carteira com data de fechamento 31/10/2024. Marcos Almeida explica que a ferramenta comparará o VaR previsto e o VaR efetivado, identificando com uma exclamação os ativos que descumpriram o limite do VaR, para cima ou para baixo. Na plataforma, junto a descrição da ferramenta, há uma descrição de um exemplo de *backtestig* com VaR, que o consultor lê aos membros: *"Suponha que o valor inicial de um determinado ativo*

Assinado por 7 pessoas: GIULIANO CLEBER COLTRO, TERESA CRISTINA SICOLI VILELA, MARIO JOSE PICCARELLI DE CASTRO, WILCLEM DE LAZARI ARAUJO, CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA , SILVANA APARECIDA DA ROCHA DELFINO e ROSIMERE CLEIDE SOUZA DESIDERIO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/726A-982E-A3B0-6776 e informe o código 726A-982E-A3B0-6776

seja de R$ 1.000.000,00. O VaR para um horizonte de 21 dias é estimado em R$ 125.000,00, indicando que, conforme o modelo, a perda esperada não deve ultrapassar esse valor durante o período, com um alto nível de confiança. Após os 21 dias, verifica-se o valor de mercado do ativo, constatando-se que agora é de R$ 950.000,00. Portanto, a perda ocorrida foi de R$ 50.000,00 (R$ 1.000.000,00 - R$ 950.000,00). Como essa perda (R$ 50.000,00) é menor que o VaR estimado (R$ 125.000,00), entende-se que não houve "violação" do VaR. Em outras palavras, o risco previsto foi maior do que a perda observada, o que indica que o modelo, naquele intervalo de tempo, não subestimou o risco. Esse tipo de análise, ao comparar a perda prevista com a perda efetiva, é essencial para avaliar a qualidade do modelo de VaR, garantindo que eventuais discrepâncias possam ser identificadas e, se necessário, corrigidas". Marcos Almeida destaca, ainda, que no mês analisado todos os segmentos ficaram dentro dos limites de VaR definido, mesmo tendo dois fundos de renda variável ficado fora do limite da VaR. E o consultor explica que isso pode acontecer, haja vista que o nível de confiança adotado para o VaR é 95%, sendo que o monitoramento constante é necessário para verificar se, ao longo do tempo, essa extrapolação ocorre acima de 5% das vezes, o que indicaria a necessidade de se reavaliar o medidor de risco. Marcos almeida diz que a maioria dos FIPs também tiveram o limite da VaR extrapolados, mas, eles têm uma natureza distinta dos demais fundos, não são impactados por oscilação de mercado, mas por precificação de cotas, e é normal que tenham uma curva "J". Mesmo assim, o segmento de investimentos estruturados, onde os FIPs estão, ficou dentro do limite de VaR definido na Política de Investimentos. Marcos Almeida reafirma que para fazer o *backtesting* de determinada data é preciso que haja 21 dias a frente, ou seja, para analisar o fechamento do mês de novembro é preciso que tenhamos o fechamento do mês de dezembro. Por fim, Marcos Almeida conclui dizendo que a ferramenta foi desenvolvida e deve ser utilizada para, se necessário, fazer os ajustes necessários, mas, de toda forma, os riscos estão controlados, conforme definido na Política de Investimentos, e o consultor parabeniza o Comitê de Investimento, a Diretoria da RioPretoPrev e os Conselhos pela condução da gestão do RPPS. Marcos Almeida, então, passa a palavra para que os membros tirem dúvidas. O conselheiro suplente Carlos Henrique de Oliveira diz que faz algum tempo que saiu da escola, mas, ainda tem na memória os conceitos de um Estudo experimental para qualquer tipo de apresentação iniciando-se pela descrição dos elementos teóricos e metodológicos que permitem algumas afirmações, e conclui dizendo que esta apresentação não é um estudo, é uma conclusão, na qual existe uma forma de se fazer uma verificação. Porém, o conselheiro diz que esse não foi o combinado, o combinado foi de se fazer um estudo, e em já havendo essa conclusão, essas ferramentas que foram apresentadas, Carlos Henrique de Oliveira diz crer que não haveria dificuldades em se materializar toda a teoria estatística que permitiu essa conclusão, por isso pede para que lhe seja encaminhada a estatística descritiva, e pede para que ela comece pelo estado da arte, para em seguida serem abordados os conceitos e objetivos buscados, os dados, as modelagens e os testes. Carlos Henrique de Oliveira pergunta ao consultor se ele precisa de um ano para responder, ao que o consultor diz que não, se tiver todas as especificações que o conselheiro sugere a consultoria pode verificar a viabilidade. Carlos Henrique de Oliveira diz que não vai sugerir modelagem, dados, nem nada. Marcos Almeida diz, então, que não entendeu a

Assinado por 7 pessoas: GIULIANO CLEBER COLTRO, TERESA CRISTINA SICOLI VILELA, MARIO JOSE PICCARELLI DE CASTRO, WILCLEM DE LAZARI ARAUJO, CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA , SILVANA APARECIDA DA ROCHA DELFINO e ROSIMERE CLEIDE SOUZA DESIDERIO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/726A-982E-A3B0-6776 e informe o código 726A-982E-A3B0-6776

pergunta sobre o prazo. Carlos Henrique de Oliveira diz que é justo que não entenda porque a crítica não foi direcionada à você, mas os demais entenderam, pois houve um combinado a um ano atrás e que só está sendo entregue agora, quase um ano depois. O conselheiro diz que o que quer são os estudos que levaram a implantação da ferramenta, e pede para o consultor o endereço da plataforma para poder acessar. Marcos Almeida diz que fica dentro do portal da LDB, mas é necessário o contratante requerer usuário e senha. A coordenadora do Comitê de Investimentos, Patrícia Nato Toninato Bartolomei, diz que Carlos Henrique de Oliveira já tem usuário e senha, pois já solicitou anteriormente. Carlos Henrique de Oliveira diz que perdeu o login no tempo e, se possível, pede que lhe encaminhem novamente, diz que tem uma outra reunião e precisará sair, e pergunta se há acordo em sua proposta de encaminhamento. O membro Adriano Antônio Pazianoto pergunta qual proposta, ao que Carlos Henrique de Oliveira responde que a proposta é de que a consultoria encaminhe o estudo, ou seja, a estatística descritiva contendo o estado da arte, conceitos e objetivos, os dados e as modelagens. E o conselheiro diz que formalizará essa solicitação por e-mail. Adriano Antônio Pazianoto pergunta se é um pedido do conselheiro que será feito formalmente. Carlos Henrique de Oliveira diz que sim e que, então, mais uma vez há um combinado. Adriano Antônio Pazianoto diz que o combinado é que o conselheiro formalizará um pedido, que não está sendo votado nem aprovado pelo Conselho, e o pedido será respondido. Carlos Henrique de Oliveira diz que entende o que está se querendo dizer e pede para que se mantenha o diálogo em algum nível, pois houve um combinado anterior que não foi cumprido. Patrícia Nato Toninato Bartolomei pergunta se o que o conselheiro queria era participar do estudo. Carlos Henrique de Oliveira diz que o que ele queria é um estudo, assim, como os membros do Comitê disseram na reunião de um ano atrás. Patrícia Nato Toninato Bartolomei diz que o Comitê, ao longo do ano, buscou informações para modelar e solicitar o desenvolvimento dos testes, e as ferramentas foram desenvolvidas pela consultoria como sugestão de modelo que será utilizado e, se necessário, ajustado. Carlos Henrique de Oliveira diz, mais uma vez, que as falas dos membros do Comitê estavam corretas, que não dá para implementar tais ferramentas sem estudo, e diz que está cobrando exatamente aquilo que os membros do comitê de investimentos se comprometeram, pois, foi apresentada a conclusão e não o estudo, pois existem várias metodologias que podem ser adotadas. Carlos Henrique de Oliveira diz crer que, pelo que ouviu, tem algum erro conceitual, mas, diz que é um achismo e vai se reservar a analisar a estatística descritiva, que é o caminho pelo qual chegou a conclusão. Carlos Henrique de Oliveira acha estranha a contestação e, agora, querer tratar o assunto como não sendo do Conselho é um problema, diz que fará a solicitação e não havendo ninguém contrário, entende que isso é de interesse do Conselho, não seu interesse particular, pois diz que não chegou ao colegiado por si mesmo. Carlos Henrique de Oliveira pede ao consultor que responda num período breve, pois tem total confiança na capacidade dele, e pede para que ele retorne depois, para que as dúvidas possam ser esclarecidas, pois diz que apresentação foi boa, mas não consegue fazer reflexões sem entender a memória descritiva. A conselheira suplente, Silvana Aparecida da Rocha Delfino, pede a palavra e diz que só quer ver se é isso que Carlos Henrique de Oliveira está pleiteando, pois, como

Assinado por 7 pessoas: GIULIANO CLEBER COLTRO, TERESA CRISTINA SICOLI VILELA, MARIO JOSE PICCARELLI DE CASTRO, WILCLEM DE LAZARI ARAUJO, CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA , SILVANA APARECIDA DA ROCHA DELFINO e ROSIMERE CLEIDE SOUZA DESIDERIO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/726A-982E-A3B0-6776 e informe o código 726A-982E-A3B0-6776

lá atrás foi feito esse pedido, e os conselheiros recebem todos os meses as decisões do Comitê, o que foi tratado, e pergunta se existe em algum local o processo de como é que o Comitê chegou nesse ponto, o respaldo. Silvana Aparecida da Rocha Delfino diz que como a coordenadora do Comitê falou que não tinha muita coisa sobre no mercado sobre assunto disponível, como se chegou nisso, quais foram as vezes que esse assunto entrou na pauta do Comitê. Silvana Aparecida da Rocha Delfino pergunta ao conselheiro suplente, Carlos Henrique de Oliveira se seria isso, se seria isso, e ele responde parabenizando a conselheira pela sua contribuição, pois diz que estava focando no estudo da consultoria, mas, é interessantíssimo ter acesso a memória do Comitê de Investimentos sobre o tema. Adriano Antônio Pazianoto pergunta se isso será solicitado também, ao que Carlos Henrique de Oliveira responde que sim. Enfim, o presidente, Wilclem de Lazari Araújo, pergunta se mais alguém tem alguma colocação a fazer e, não havendo, diz que essa reunião era para apresentação, que as solicitações, quando recebidas, serão encaminhadas ao consultor e, posteriormente, será agendada uma nova reunião e todos serão informados. Wilclem de Lazari Araújo agradece a participação e a paciência de todos, em especial do consultor, Marcos Almeida. Enfim, esgotada a pauta e sem mais assuntos, eu, Adriano Antônio Pazianoto (assinatura *digital),* lavro a presente ata que, para fins de consolidação, vai assinada por mim e pela Secretária do Colegiado, Teresa Cristina Sicoli Vilela *(assinatura digital).* Ata aprovada, por unanimidade, na reunião virtual de 24/01/2025 (reunião ordinária de janeiro de 2025). *Assinaturas Digitais na margem do termo.*

Assinado por 7 pessoas: GIULIANO CLEBER COLTRO, TERESA CRISTINA SICOLI VILELA, MARIO JOSE PICCARELLI DE CASTRO, WILCLEM DE LAZARI ARAUJO, CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA , SILVANA APARECIDA DA ROCHA DELFINO e ROSIMERE CLEIDE SOUZA DESIDERIO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/726A-982E-A3B0-6776 e informe o código 726A-982E-A3B0-6776

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 726A-982E-A3B0-6776

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

GIULIANO CLEBER COLTRO (CPF 213.XXX.XXX-59) em 24/01/2025 13:39:01 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

TERESA CRISTINA SICOLI VILELA (CPF 080.XXX.XXX-32) em 24/01/2025 13:45:04 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC VALID RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

MARIO JOSE PICCARELLI DE CASTRO (CPF 219.XXX.XXX-01) em 24/01/2025 14:25:08 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

WILCLEM DE LAZARI ARAUJO (CPF 352.XXX.XXX-01) em 24/01/2025 17:52:13 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA (CPF 040.XXX.XXX-43) em 29/01/2025 10:33:23 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

SILVANA APARECIDA DA ROCHA DELFINO (CPF 250.XXX.XXX-16) em 31/01/2025 09:15:33 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

ROSIMERE CLEIDE SOUZA DESIDERIO (CPF 161.XXX.XXX-36) em 05/02/2025 22:45:13 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/726A-982E-A3B0-6776